



A Ilusão americana

De Eduardo Prado, editado pelo Conselho Editorial do Senado Federal

Intelectual, nascido de uma das mais ricas e influentes famílias paulistas do século XIX, Eduardo Prado (1860-1901), tal qual muitos outros pensadores brasileiros daquele tempo, viu-se diante da questão de como entender o Brasil e de como situá-lo no mundo. Um dos dilemas desse quadro, nem sempre explorado o suficiente, são as relações mantidas pelo Brasil com os Estados Unidos e, mais do que isso, a comparação entre o desenvolvimento dessas duas nações.

Prado busca realizar essa tarefa em sua obra *A Ilusão Americana*, lançada pouco tempo depois da Proclamação da República, em 1893. No seu intento, Prado se viu sob o peso de ser um monarquista diante de um regime republicano recém-instaurado. Não foi à toa que a obra, tão logo publicada, tenha sido recolhida pela polícia em São Paulo por suas posições anti-republicanas.

O autor, ao comparar o modelo brasileiro com o americano, ressaltar dois pontos: a moralidade e a busca de um modelo próprio de desenvolvimento.

Em relação ao primeiro ponto, Prado – como monarquista – ressalta que a distinção entre o Brasil e os Estados Unidos e também entre o Brasil e os demais países latino-americanos se fundou essencialmente na diferença dos níveis de moralidade.

Em relação aos países da América Latina, defende que o baixo grau de desenvolvimento deles se deu em razão de terem sido meras cópias deformadas do modelo americano. Prado exemplifica a sua tese ao sugerir que, no México, o governo mais honesto e decente foi o de Maximiliano, imposto por Napoleão III, e que sua queda se deu em decorrência das injunções americanas. Exceto por esse breve período, a história mexicana seria uma seqüência quase interminável de golpes e contragolpes, o mesmo se repetindo nos demais países latino-americanos.





O autor recorre, ainda, a outros exemplos de como o modelo republicano, em última instância, seria pouco adaptado à cultura da América Latina. Todos os países da região teriam copiado um modelo que pouca relação tinha com as tradições locais e, invariavelmente, descambaram para ditaduras ou situações autoritárias.

Em relação ao segundo ponto, Eduardo Prado defende a tese de que o modelo americano não poderia ser simplesmente transplantado para a América Latina. Essa tese é interessante por duas razões. A primeira delas é a viagem, financiada por D. Pedro II nos anos finais do Império, para que fossem estudadas as instituições dos Estados Unidos, especialmente a Suprema Corte, que poderia ser um substituto do Poder Moderador. A segunda razão, já nos tempos republicanos, é a Constituição Brasileira de 1891, cujo teor foi fortemente influenciado pela Constituição Americana. Prado não se detém na viagem, mas observa como a simples cópia daquela Carta Magna, por diversos países latino-americanos, acabou em fracasso.

Há, evidentemente, algumas flores entre os espinhos. Prado dá uma perspectiva de tempo à experiência americana. Ele separa os chamados tempos primordiais da república estadunidense ao diferenciar os chamados *Founding Fathers* da realidade imposta pelos americanos ao resto do mundo, em especial à América Latina, ao longo do século XIX. Em relação aos primeiros, ele destaca que teriam vivido em um momento de pureza moral, de patriotismo e de abnegação. Os sucessores, no entanto, abusaram de todas as formas possíveis e imagináveis. Voltemos aos espinhos.

Eduardo Prado, apesar de ser um membro da elite cafeeira paulista, não enxerga o mundo com olhos capitalistas. Há, nessa parte do livro, o espírito de uma elite aristocrática e, mais do que isso, que enxerga o mundo com um olhar moralista, como já havíamos observado.

Para ele, os Estados Unidos, no final do século XIX, representam uma degradação moral dos valores que haviam sido forjados pelos *Founding Fathers*. Passado pouco mais de um século de sua independência, o país se transformara em uma nação caída, com governos

corruptos, mal-intencionados e defensores, unicamente, dos interesses dos ricos e poderosos. Apesar de ser uma República, era a República dos Barões Ladrões, da burguesia enriquecida por quaisquer meios, que não hesitava em recorrer às táticas mais vis para oprimir e combater tentativas de contestação ao seu poder.

Prado defende, pois, que o capitalismo à moda americana se tornara um simples meio de dominação, em que haveria uma completa ausência de valores morais, os quais teriam substituídos, simplesmente, pelo desejo de obtenção de lucro. O autor, como muitos fariam depois, ao longo do século XX, defende que os Estados Unidos acabaram por utilizar um pragmatismo em suas relações com outras nações cujo único fim é a conquista de mercados, a eliminação de potenciais concorrentes e minar todos os esforços feitos por outras nações para se desenvolver economicamente.

Prado, ao realizar essas afirmações, sempre o faz em comparação com o finado Império Brasileiro. Este último, para ele, era formado por autênticos homens públicos, estadistas mesmo, preocupados não com interesses amesquinçados, mas com as verdadeiras necessidades de uma nação. Republicanizado, o País se tornou, para ele, uma cópia ruim de um modelo deformado.

Critica os acordos diplomáticos firmados pela jovem república brasileira, que cedeu aos desejos do país do norte, mais poderoso. O Brasil, sob o regime republicano, se tornou mais um entre vários outros países que se curvaram diante das exigências dos Estados Unidos. A Doutrina Monroe, supostamente uma salvaguarda contra as investidas colonialistas européias sobre o continente, no final das contas, não passaria de um subterfúgio para que os mercados ao sul do Rio Grande fossem garantidos para os empresários e financistas americanos.

Como um aristocrata moralista, Prado defende que os Estados Unidos nada têm a oferecer no campo da cultura. Parvos, novos ricos grosseiros, meramente copiarão a civilização, que ainda vem da Europa.

Ressalta, ainda, o sentido que é dado à palavra América nos Estados Unidos: em razão de seu precon-

ceito, inclusive racial, o termo não designa uma região geográfica que se estende do Alasca à Terra do Fogo, mas apenas aquele pedaço da América do Norte que se encontra sob o governo de Washington.

Apesar de ter sido apreendido pela polícia paulistana em razão de seus elogios à monarquia, o livro de Eduardo Prado é muito mais importante como a primeira obra a ver os Estados Unidos com um olhar brasileiro. Apesar de suas origens sociais, suas idéias permaneceram no ar ao longo do século XX. Mais que isso, é uma obra que inocula uma percepção anti-americana que perdura até os dias de hoje.

Em oposição ao ponto de vista de Eduardo Prado, merece destaque a obra *América*, de Monteiro Lobato. Este, apesar das críticas ao modelo americano, faz uma outra comparação entre Brasil e Estados Unidos, marcada, dessa vez, pela incapacidade brasileira de reproduzir a dinâmica econômica americana e que se mantém arraigada a valores e a idéias conservadoras.

De qualquer forma, a leitura de *Ilusão Americana*, uma obra com pouco mais de cem páginas, é de interesse para todos aqueles que buscam compreender como o Brasil se vê diante das relações com os Estados Unidos.



Dario Alberto de Andrade Filho, consultor legislativo do Senado Federal, Licenciado em História pela UNESP e em Direito pela AEUDF. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela ENAP – Escola Nacional de Administração Pública.